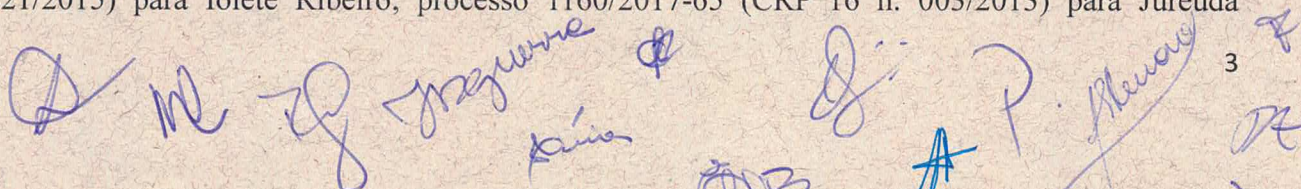


1 Aos dezenove dias do mês de maio ano de dois mil e dezoito, às nove horas e vinte e sete
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,
4 Distrito Federal, iniciou-se a décima oitava sessão plenária do décimo sétimo plenário do
5 Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre Conselheiras e
6 Conselheiros: Fabián Javier Marin Rueda, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda
7 Barbosa, Iolete Ribeiro da Silva, Célia Zenaide da Silva, Junia Maria Campo Lara, Cleia Oliveira
8 Cunha, Marisa Helena Alves, Jureuda Duarte Guerra, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes
9 Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Sandra Elena Sposito, Paulo José Barroso
10 de Aguiar Pessoa, Rosane Lorena Granzotto e Norma Celiane Cosmo. Pedro Paulo abre a
11 reunião. **4.17 GT APAF – Tecnologia da Informação.** Marisa Helena informa que o GT
12 prosseguirá até o final da implantação de todo o sistema de Tecnologia da Informação no Sistema
13 Conselhos, inclusive com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Haverá um
14 Regional piloto na implantação do SEI, cuja proposta é o CRP 01, em Brasília, escolhido pela
15 proximidade e tamanho. **6. Critérios para composição de Grupos de Trabalho e metodologia
16 de trabalho.** A Clarissa Paranhos Guedes ficou responsável pelo ponto e, em não estando
17 presente, Pedro Paulo lê encaminhamentos. Ana Sandra pergunta se foi feito levantamento do
18 funcionamento dos GTs, pois o CFP precisa de argumentos para subsidiar sua posição. O
19 levantamento existe e é exposto na projeção. Cibele Cristina Tavares de Oliveira, Coordenadora
20 Adjunta, esclarece o levantamento realizado, explicando que não existem regras claras definidas
21 para os GTs, sobre se podem contar com a participação de funcionários, e não apenas
22 conselheiros, e nem sobre a divisão de quantidade de Regionais por GTs. Ana Sandra coloca que
23 o levantamento pode focar a dificuldade de marcar reuniões telefônicas. Rogério Giannini
24 sintetiza que a dificuldade é o atual funcionamento de dezessete GTs simultâneos, e a constante
25 reinvenção de novas tarefas para cada GT, o que acaba os perpetuando. Com isso, o GT adquire a
26 função de uma instância, e não mais de um grupo de trabalho. Júnia Lara acrescenta que o GT
27 deveria focar em construir uma metodologia e, em seguida, deixar o trabalho para o CFP
28 executar. Ana Sandra pede que se faça um levantamento quantitativo das frequências de
29 participação nos GTs. Norma Cosmo coloca que é preciso conceituar o que é um GT, e enfatiza a
30 necessidade de lançar mão de reuniões telefônicas. Cibele Tavares complementa que há GTs de
31 caráter muito técnico, como os da Norma Cosmo, que requerem a presença de funcionários.
32 Iolete Ribeiro sugere que o corpo técnico possa assessorar o GT, mas que não componha o GT
33 oficialmente. Pedro Paulo acrescenta que quando um funcionário puder assessorar um GT, que
34 fique claro que ele não substitui o conselheiro. Ainda acrescenta que é importante lembrar que é
35 uma ação dessa gestão que as reuniões dos GTs e a APAF agora são integralmente custeadas pela
36 conta divulgação. Norma Cosmo e Jureuda Duarte fazem coro a respeito da necessidade de
37 implicar os Regionais faltosos, isto é, que se inscrevem mas não participam dos GTs. Ana Sandra
38 argumenta que não gostaria de apontar CRs no momento, mas sugere que uma regra pode ser que
39 o CR que faltar um determinado número de reuniões seria automaticamente substituído por outro
40 Regional da mesma região. Iolete Ribeiro aponta que há casos em que membros de um GT
41 publicam por sua própria conta algum material ainda em produção, causando uma série de
42 constrangimentos. Ana Sandra sugere que se inclua nas regras que nenhum subsídio produzido
43 pelo GT pode ganhar publicidade antes da submissão à APAF. Norma Cosmo coloca que gostaria
44 que as novas regras fossem retroativas pois um de seus GTs possui dez componentes e seria bom
45 que se enquadrasse nos moldes mais enxutos. Rogério Giannini coloca que não é possível aplicar
46 regras novas a GTs já constituídos, mas que os GTs devem poder se extinguir assim que realizada

47 sua tarefa específica e, em havendo nova tarefa, que se constitua novo GT, ainda que seja com as
48 mesmas pessoas. Júnia Lara acrescenta que seria importante criar uma regra que propiciasse a
49 renovação dos componentes de um GT com características continuativas de uma mesma temática
50 para a qual havia GT anterior. Elizabeth Lacerda coloca que outro problema é que o GT
51 comumente se sente dono de uma ação delegada pela APAF, constringendo o GT e o CFP a agir
52 de determinada maneira. Paulo Aguiar acrescenta que o GT está se constituindo em uma forma de
53 fazer política. **7. 10º Congresso Nacional de Psicologia.** Marisa Helena informa que a
54 COMORG conseguiu fazer apenas uma reunião presencial. Fala da importância de aprovar o
55 tema na APAF devido à premência do evento. São projetados e lidos os temas e eixos que serão
56 apresentados para a APAF. Houve ainda uma mudança de cronograma para o CNP, e a principal
57 mudança seria não ter os eventos preparatórios livres, que assim não tiraria delegados. Apenas o
58 pré-congresso o faria. O novo regulamento é apresentado, e o ponto mais polêmico é justamente
59 o número de delegados. Outra questão é que dessa vez não haverá a ajuda do DATASUS, como
60 em outros anos, devido à falta de equipe. Jureuda Duarte acrescenta que outro ponto polêmico é o
61 caso do Pará e do Amazonas, que continuarão com seções. Marisa Helena coloca que apertaram a
62 regra de como tirar um delegado, a partir de três critérios, inclusive participação na organização
63 dos COREPS, e base de inscritos. Há grande preocupação sobre a clareza com que isso
64 conseguirá ser proposto para APAF. Os critérios para delegação são exibidos. Ana Sandra coloca
65 que o critério lhe parece injusto, pois não há como um CR pequeno ou médio reunir 72 pessoas
66 para alcançar nove delegados. Um evento que pensa a Psicologia nacional, ter um critério que
67 faça com que Estados pequenos mandem um ou dois delegados se torna injusto. Fabián Rueda
68 coloca que o Plenário vai ser massacrado na APAF com esse critério. Ana Sandra é
69 terminantemente contra esse critério; defende que permaneça o quórum mínimo de nove, e a
70 partir disso sanar a ambiguidade dos outros critérios do regulamento anterior. Rogério Giannini
71 pondera que os regionais grandes também devem, de alguma forma espelhar o seu porte sem, no
72 entanto, reduzir a representação mínima dos pequenos, propondo que se ache uma via
73 intermediária. Fabián Rueda coloca que de todo modo a conta ficará ruim para algum lado, e
74 resta decidir qual a melhor política e que resultado se quer obter. Norma Cosmo salienta que,
75 considerando o contexto político brasileiro, a prioridade deve ser chamar as pessoas a participar,
76 e propõe que se eleve ainda mais a base de nove pessoas. Marisa Helena concorda que o número
77 deve aumentar, e pede uma proposta de encaminhamento, diferenciando a proposta do GT da
78 posição do Plenário. A título de encaminhamento, sugere que até o final da Plenária seja
79 apresentada uma nova fórmula. Célia Zenaide pede para que se volte ao ponto dos eventos livres.
80 Ana Sandra sugere que fique claro que os Regionais podem fazer eventos livres para o bem da
81 mobilização, mas que dele não surjam delegados. Fabián Rueda, ainda que com a ressalva de
82 saber-se voto vencido, recoloca a questão dos estudantes, posicionando-se a favor do voto deles
83 enquanto delegados. Rogério Giannini lembra que esse grupo político tem acúmulo em defender
84 que o estudante não vote. Pedro Paulo defende que ou bem os estudantes não sejam delegados, ou
85 que eles sejam delegados com direito a voto. Fabián Rueda, considerando aspectos macro, retira
86 sua proposta e o Plenário se inclina a manter a posição atual de que os estudantes tenham direito
87 a voz e não a voto. Sandra Spósito manifesta seu desconforto em não fazer essa discussão,
88 inclusive na qualidade de delegada da APAF. Rogério Giannini reassevera que foi eleito por
89 psicólogos e que encontra coerência em defender que apenas psicólogos votem no CNP. Sandra
90 Spósito solicita que o assunto seja votado e Ana Sandra encaminha que a Plenária vote a posição
91 do grupo. Frente a grande impasse e à impossibilidade de chegar a uma resposta conciliatória no
92 momento dado, Sandra Spósito retira sua proposta de colocar em votação. O Plenário convoca o

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

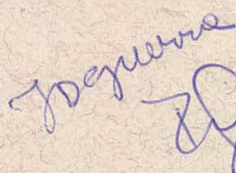
93 intervalo para o almoço ao meio dia e quarenta e oito minutos. O Plenário volta à uma hora e
94 cinquenta e um minutos. Pedro Paulo faz uma retomada de quais pontos já foram vencidos e
95 quais ainda faltam vencer. O Plenário elege como mais importantes a comissão permanente de
96 psicologia organizacional e do trabalho e as solicitações de pontos de comunicação. **15. Criação**
97 **da comissão nacional de psicologia organizacional e do trabalho.** O ponto, solicitado pelo
98 CRP 09, é lido. Ana Sandra coloca que esse movimento vai no caminho do esvaziamento da
99 função do CFP, com a proliferação de outras instâncias políticas. Pedro Paulo coloca que o ponto
100 nevrálgico é como produzir um argumento contrário a essa decisão sem parecer contrário à POT
101 (Psicologia Organizacional e do Trabalho). Rogério Giannini pondera que realmente é delicado,
102 ainda considerando que em outro contexto o Plenário aprovou a Comissão Nacional de Psicologia
103 na Assistência Social (CONPAS), ressaltando-se as diferenças fundamentais. De todo modo,
104 ressalta que criar essa Comissão é uma forma de pautar questões nacionais sem passar pela
105 APAF. Ana Sandra coloca que a estratégia é que essas discussões sejam feitas antes, desde a
106 reunião de Presidentes. Elizabeth Lacerda alerta que tem muito Regional tomando a frente em
107 certos eventos como se fossem eventos nacionais, e depois querem validar esse movimento na
108 APAF. Ana Sandra completa dizendo que esse Plenário não entende isso como método válido. **17.**
109 **Os Conselhos de psicologia e a democratização da comunicação no Brasil,** pautado pelo CRP
110 12. Ana Sandra quer entender por que tantos pontos trazem o tema da comunicação, como esse
111 ponto 17 e o ponto 21. O ponto 17 é lido. Rogério Giannini argumenta que o CFP já tem
112 participação no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Paulo Aguiar
113 pondera que essa é uma preocupação com a forma de funcionamento da mídia hoje, e considera
114 que é uma discussão interessante. Rogério Giannini sugere que se faça uma articulação com o
115 CRP 12 antes da APAF para entender melhor a proposta, e acrescenta que poderia ser feita uma
116 Revista Diálogos sobre o tema. Ana Sandra sugere que o próprio Giannini entre em contato com
117 o CRP 12. Pedro Paulo assinala os pontos em comum que essa discussão tem com o ponto 21. **21.**
118 **Comunicação,** pautado pelo CRP 05. O ponto 21 é lido. Paulo Aguiar lembra que o CFP tem
119 representação no FNDC, e este por sua vez tem os Fóruns Regionais. Sugere que os CRPs
120 participem dos fóruns regionais do FNDC, pois muitos dos temas pautados são discutidos nesses
121 fóruns. Acrescenta que outra coisa é o processo de comunicação do próprio Conselho, no sentido
122 de construir um algoritmo para “sair da bolha” de ter sempre os mesmos interlocutores. E uma
123 terceira coisa seria pensar como os psicólogos estão em sua relação com a mídia e as redes
124 sociais, e os discursos de ódio. Nesse sentido poderia haver uma campanha voltada para os
125 psicólogos. Iolete Ribeiro acrescenta que o CFP também já faz parte do Comitê de
126 Assessoramento da Classificação Indicativa. Rogério Giannini, a partir da fala do Paulo Aguiar,
127 apoia incentivar os Regionais a participarem dos Fóruns Regionais. Ana Sandra lembra que há
128 um terceiro ponto de comunicação, o item **24. Criação do GT para elaboração política de**
129 **comunicação do Sistema Conselhos,** pautado pelo CRP 02, que versa sobre tema semelhante. O
130 ponto é lido. Ana Sandra propõe um encaminhamento conjunto para os três pontos de que
131 Rogério Giannini converse com os respectivos Regionais e procure articular essas demandas.
132 Vencidos esses pontos Ana Sandra passa então para o ponto três da pauta do Plenário **3.**
133 **Designação de relator para plenária de julho de 2018.** De acordo com solicitação de Júnia
134 Lara, os processos éticos para julgamento na plenária de 29 de junho de 2018 foram assim
135 designados: processo 0022/2018-40 (CRP 06 n. 001/2017) para Marisa Helena; e processo
136 0023/2018-94 (CRP 06 n. 002/2017) também para Marisa Helena. Já os processos para
137 julgamento na plenária de 27 de julho de 2018 ficaram: Processo 1161/2017-18 (CRP 03 n.
138 021/2015) para Iolete Ribeiro; processo 1160/2017-65 (CRP 16 n. 003/2013) para Jureuda



139 Guerra; processo 1246/2017-98 (CRP 01 n. 001/2012) para Sandra Sposito; processo 1242/2017-
140 18 (CRP 06 n. 019/2015) para Márcia Badaró; e processo 1243/2017-54 (CRP 06 n. 024/2012)
141 para Cleia Cunha. Jureuda Duarte deixa a Plenária às quinze horas e quatro minutos. Daniel
142 Arruda, Gerente da Gerência de Relações Institucionais, pede a palavra para saudar a conselheira
143 Jureuda Guerra que foi eleita para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **4. Avaliação de**
144 **testes psicológicos.** Daniela Zanini lê o parecer da Comissão Consultiva em Avaliação
145 Psicológica (CCAP) para cada teste em tela, e em seguida pede aprovação ou rejeição do Plenário
146 para o respectivo parecer, conforme segue: para a Escala de Maturidade Mental Colúmbia Ed.
147 Brasileira Revisada (CMMS-3) o parecer é favorável e este é aprovado por unanimidade pelo
148 Plenário. Sobre o Inventário de Autoconhecimento Profissional, a CCAP considera o inventário
149 desfavorável, e o parecer é aprovado por unanimidade. O Teste Não Verbal de Inteligência R2
150 (Atualização de Normas) tem parecer favorável, e o parecer da CCAP é aprovado por
151 unanimidade. A seguir, Matrizes progressivas coloridas de Raven (CPM) tem parecer favorável, e
152 este é aprovado por unanimidade. BPR-5 – Bateria de Provas de Raciocínio (Atualização de
153 Normas) tem parecer da CCAP favorável e é aprovado por unanimidade. Teste dos Relógios,
154 forma B e C (Atualização de Normas) tem parecer favorável e é aprovado por unanimidade.
155 Inventário de Habilidades Sociais (IHS Del-Prette) tem parecer favorável, o qual é aprovado por
156 unanimidade. Teste D2 Revisado (D2-R) tem parecer da CCAP desfavorável e este parecer é
157 aprovado por unanimidade. A seguir, Ana Sandra solicita que Fabián Rueda informe a respeito do
158 Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP), ponto **10. V CBP.** Fabián Rueda informa que o limite
159 de trabalhos por conselheiro é de oito, e o prazo é no dia vinte de junho. São decididos os nomes
160 que representarão o CFP nas diversas mesas do CBP, conforme: para a mesa “Intervenções em
161 Psicologia Positiva com crianças e adolescentes”, a coordenadora será Ana Paula Noronha; Para a
162 mesa “Intervenções em Psicologia Positiva”, a coordenadora será Ana Sandra; Na mesa
163 “Desafios e perspectivas futuras na formação e atuação em Psicologia do Desenvolvimento”,
164 Norma Cosmo constará como terceira autora de fala; Na mesa “10 anos da política nacional de
165 educação especial na perspectiva da educação inclusiva”, Norma Cosmo constará como terceira
166 autora de fala. Na mesa “Psicologia, Desigualdades e Democracia”, Pedro Paulo constará como
167 terceiro autor de fala; Na mesa “Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos”, Paulo
168 Maldos constará como terceiro autor de fala; Para a mesa “As práticas integrativas e
169 Complementares e a Bioenergetica: diálogos (in)tenso”, Rosane Granzotto constará como
170 terceira autora de fala; Para a mesa “Questões de Gênero na Infância e Adolescência: psicologia e
171 psiquiatria em consonância”, Iolete Ribeiro será a coordenadora. As demais mesas já estavam
172 fechadas e não foram rediscutidas. Norma Cosmo parabeniza o volume de trabalho que a CCAP
173 tem produzido. A seguir, Norma Cosmo pede para retomar os pontos de APAF relativos ao
174 financeiro. **4.3 GT APAF – Tesoureiros (assuntos financeiros).** Norma Cosmo explica que será
175 apresentado um caderno de política de arrecadação. Foi feito um estudo para a redução da idade
176 de isenção de 65 anos para 60 anos, e o estudo não recomenda a redução pois haveria uma perda
177 estimada de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil Reais) por ano. Também está sendo preparada uma
178 campanha do financeiro para comunicação com os psicólogos, de maneira que a política de
179 arrecadação não apareça para a categoria apenas para cobrar. Foi criado um subgrupo para
180 atualizar a norma onze do manual de procedimentos administrativos e financeiros do CFP. Outro
181 ponto mencionado foi a proposta de elaboração de critérios para o fundo de auxílio financeiro
182 para os Regionais, regulamentando a utilização desses recursos. Norma Cosmo retoma ainda o
183 ponto **4.17 GT APAF – Tecnologia da informação**, já tratado por Marisa Helena, lembrando que
184 houve apenas uma polêmica sobre qual CR seria o piloto para implantação do SEI. O GT também



185 discutiu um sistema para substituir a Implanta. O termo de referência foi organizado, e estima-se
186 que o novo sistema custará de um milhão a um milhão e trezentos mil reais . A proposta de
187 financiamento é de que a conta divulgação pague a compra e treinamento, enquanto que a
188 manutenção utilizaria o antigo critério APAF, da conta divulgação bancando os pequenos CRs, os
189 médios pagando metade e os grandes se custeando. Norma ainda esclarece que o GT deve
190 continuar existindo, em função do cadastro financeiro. **Ponto de classificação indicativa (não**
191 **pautado)** Iolete Ribeiro pede a fala para um ponto não pautado, sobre uma Portaria de
192 classificação indicativa que está sendo modificada pelo Ministério da Justiça, incluindo as artes
193 visuais (museus e exposições). A preocupação é que esse assunto será colocado em consulta
194 pública dentro de dez dias, e um novo capítulo pode restringir o acesso de crianças e adolescentes
195 a museus. A representação do CFP, com isso, terá dez dias para produzir algum posicionamento e
196 contribuição sobre o tema, possivelmente recorrendo ao FENPB. Iolete Ribeiro sugere que um
197 texto seja produzido no sentido de que a arte esteja a favor do desenvolvimento e da educação, e
198 não do perigo e do risco, acrescentando que o sentido da nudez varia de grupo para grupo e não é
199 unívoco. Daniel Arruda sugere que a consulta pública seja divulgada no site do CFP para
200 estimular mais participação nesse debate. Fica aprovado o encaminhamento de chamar as
201 entidades para apoiar a questão e de divulgar no site. **12. Câmara de regulação do trabalho em**
202 **saúde (CRTS) – Indicação de suplentes do CFP.** Daniel Arruda esclarece que a Câmara pede
203 renovação de representação e mais dois suplentes. A representante continuará sendo Jureuda
204 Duarte, e as suplentes serão Cleia Cunha e Marisa Helena. **13. Solicitação de indicação de**
205 **conselheiro para compor o GT mulheres e interseccionalidades – ULAPSI.** Sandra Spósito
206 comunica que foi criado um GT mulheres e interseccionalidades na ULAPSI e este GT não tem
207 representação do CFP. Ana Sandra coloca que há uma discussão anterior sobre a ULAPSI que diz
208 respeito a qual conselheiro assumirá a coordenação do congresso da ULAPSI. Explica que essa
209 disputa será feita no Congresso, já que o Instituto Silvia Lane também tem pretensões para o
210 cargo. Sandra Spósito não vê problema em ser a mesma pessoa que presida a ULAPSI e
211 represente o GT. Ana Sandra encaminha, entendendo a preocupação da Sandra Spósito, que não
212 se deixe esse espaço de representação das mulheres vazio, e Sandra Spósito se voluntaria a título
213 temporário, até o retorno da Clarissa Guedes. Célia Zenaide deixa o Plenário às dezesseis horas e
214 trinta minutos. **20. 23º Congresso Brasileiro multidisciplinar em diabetes julho 2018.** A
215 organização do Congresso solicita um Conselheiro para a mesa de abertura. Rogério Giannini
216 questiona se haverá espaço de fala. Pedro Paulo sugere que caso haja fala que já se indique uma
217 pessoa. Iolete Ribeiro se voluntaria. Também há uma demanda de utilização da logo do CFP. O
218 plenário nega o uso da logo e após algumas ponderações consideram mais prudente declinar
219 inclusive do convite para mesa de abertura, tendo em vista a ligação do evento com a indústria
220 farmacêutica e alimentícia. **16. Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do**
221 **Trabalho CBPOT.** Elizabeth Lacerda fala da importância do congresso. No entanto o evento
222 está sendo organizado como um evento nacional dos Conselhos Regionais. Como o CFP
223 reclamou dessa posição, um espaço de representação foi garantido para o Federal. Assim o CFP
224 deve decidir como e qual a melhor estratégia de participação. Pedro Paulo pede à Elizabeth que
225 dê sua opinião sobre se o CFP deve participar. A conselheira atesta que sim, e doravante ela
226 mesma será representante. **22. Representação do CFP na Comissão Nacional de IST/HIV-**
227 **AIDS e hepatites virais.** Sandra Spósito informa que o CFP foi interpelado sobre uma suplência,
228 para reuniões que ocorrem terça ou quarta. Sandra indica Theofilo Gravinis para essa suplência e
229 o Plenário aprova. **7. 10º Congresso Nacional de Psicologia.** Marisa Helena retoma os critérios
230 de delegação do CNP. O plenário aceita o novo critério proposto, com base nove para os



231 pequenos, doze para os médios e quinze para os grandes, e com teto de quarenta delegados por
232 Regional. Ana Sandra e Daniela Zanini deixam a reunião às dezesseis e cinquenta e sete. Pedro
233 Paulo passa a ler os pontos da Reunião de Presidentes. **4. GT da APAF - Revisão da política de**
234 **orientação e fiscalização.** Júnia Lara fala que há pontos para consolidação, será pedido aos CRs
235 a inclusão de temas para a consolidação. **5. Site atos oficiais do CFP.** Camila Dias, Gerente da
236 GETEC, apresenta o site, onde todas as portarias e resoluções do CFP poderão ser consultadas.
237 Decidiu-se levar para a reunião de presidentes a escolha das 08 (oito) resoluções para serem
238 disponibilizadas na área "Acesso Rápido aos Atos Oficiais mais Pesquisados" Fabián Rueda e
239 Júnia Lara deixam a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Para além dos pontos lidos,
240 Rogério Giannini sugere que seja pautado o ponto da importância da APAF para a reunião de
241 presidentes. **7. Definir pauta reunião de presidentes.** É solicitado incluir ponto sobre o livro
242 que evidencia experiências de violência em "tratamentos" de reorientação sexual, bem como
243 incluir ponto sobre relatório de inspeções. Pedro Paulo informou ao Plenário sobre a elaboração
244 de power points padronizados para a apresentação de pontos nas reuniões. **8. Definir pauta**
245 **reunião de tesoureiros.** Em seguida, Norma Cosmo passa rapidamente os pontos de pauta da
246 reunião de tesoureiros. Às dezessete horas e trinta e três minutos, foi encerrada a sessão plenária.
247 Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a
248 qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
249 referenciados.

Almeida

Maguere

Rosângela

A

bl. d. l.

Camila

Junia

Fabián Rueda

Norma Cosmo